



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA TOCANTINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS

AANE 40, QI 01, Avenida Theotônio Segurado, Plano Diretor Norte, Lote 03,
Palmas/TO
(63) 3142-2510/ 3142-2511 | www.uft.edu.br/ppgpjdh | ppgpjdh@uft.edu.br



**EDITAL Nº 59/2026 – PPGPJDH
RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA
DOUTORADO - TURMA 2 - 2026/2029**

A Universidade Federal do Tocantins (UFT), por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ), e a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), instituições promotoras do Programa Associativo de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PPGPJDH), **RETIFICA** o Edital nº 055, de 2025, publicado em 18 de dezembro de 2025.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E OBJETIVOS

Onde se lê:

1.2 O Programa associativo tem parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), Ministério Público do Estado do Tocantins (MPE/TO), e Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Tocantins (TRE/TO), Universidade Federal do Tocantins (UFT), com vista à formação dos(as) servidores(as) e membros de tais instituições, desencadeando estudos e pesquisas que venham a aperfeiçoar as ações praticadas na área da Justiça e dos Direitos Humanos, para a melhoria da prestação jurisdicional no Tocantins;

Leia-se:

1.2 O Programa associativo tem parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), Ministério Público do Estado do Tocantins (MPE/TO), e Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Tocantins (TRE/TO), Universidade Federal do Tocantins (UFT), Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE/TO), com vista à formação dos(as) servidores(as) e membros de tais instituições, desencadeando estudos e pesquisas que venham a aperfeiçoar as ações praticadas na área da Justiça e dos Direitos Humanos, para a melhoria da prestação jurisdicional no Tocantins;

3. PÚBLICO-ALVO E NÚMERO DE VAGAS

Onde se lê:

3.1 O público-alvo do processo seletivo será composto por **Magistrados(as) e Servidores(as) efetivos(as) ou ocupantes de cargo em comissão** do Poder Judiciário Tocantinense; **Membros e Servidores(as) efetivos(as)** do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPE/TO); **Servidores(as) efetivos(as)** do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Tocantins (TRE/TO); **Servidores(as) efetivos(as)** Universidade Federal do Tocantins (UFT), bem como por **profissionais integrantes do sistema de justiça** ou atuantes no âmbito da Prestação Jurisdicional e/ou Direitos Humanos (Público Geral).

3.2 Serão oferecidas **15 (quinze)** vagas para ingresso no primeiro semestre de 2026, de acordo

com o quadro abaixo:

3.2.1. Grupo 1 – Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (1ª e 2ª Instâncias); 3.2.1.1 Magistrados(as) do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins; 3.2.1.2 Servidores(as) efetivos(as) ou comissionados(as) do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.	9 vagas , sendo: 1 para magistrados(as), 8 para servidores(as), sendo 1 para ações afirmativas
3.2.2 Grupo 2 - Ministério Público do Estado do Tocantins. 3.2.2.1 Membros do Ministério Público do Estado do Tocantins	2 vagas
3.2.3 Grupo 3- Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Tocantins 3.2.3.1 Servidores(as) efetivos(as) do TRE/TO	2 vagas
3.2.4 Grupo 4 – Universidade Federal do Tocantins (UFT) 3.2.4.1 Servidores(as) efetivos(as) da Universidade Federal do Tocantins	1 vaga
3.2.5 Grupo 5 - Profissionais integrantes do sistema de justiça ou atuantes no âmbito da Prestação Jurisdicional e/ou Direitos Humanos de qualquer unidade federativa brasileira ou estrangeiros, com formação inicial em nível de mestrado em qualquer área do conhecimento (Público Geral).	1 vaga

3.3 Os(As) candidatos(as) cedidos(as) ao Tribunal de Justiça, sem função comissionada, que se inscreverem para as vagas descritas nos itens 3.2.1 serão automaticamente transferidos para as vagas destinadas ao item 3.2.5;

Leia-se:

3.1 O público-alvo do processo seletivo será composto por **Magistrados(as) e Servidores(as) efetivos(as) ou ocupantes de cargo em comissão** do Poder Judiciário Tocantinense; **Membros(as) e Servidores(as) efetivos(as)** do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPE/TO); **Servidores(as) efetivos(as)** do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Tocantins (TRE/TO); **Servidores(as) efetivos(as)** Universidade Federal do Tocantins (UFT); **Membros(as)** da Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE/TO), bem como por **profissionais integrantes do sistema de justiça** ou atuantes no âmbito da Prestação Jurisdicional e/ou Direitos Humanos (Público Geral).

3.2 Serão oferecidas **16 (dezesseis)** vagas para ingresso no primeiro semestre de 2026, de acordo com o quadro abaixo:

3.2.1. Grupo 1 – Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (1ª e 2ª Instâncias); 3.2.1.1 Magistrados(as) do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins; 3.2.1.2 Servidores(as) efetivos(as) ou comissionados(as) do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.	9 vagas , sendo: 1 para magistrados(as), 8 para servidores(as), sendo 1 para ações afirmativas
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------

3.2.2 Grupo 2 - Ministério Público do Estado do Tocantins. 3.2.2.1 Membros do Ministério Público do Estado do Tocantins	2 vagas
3.2.3 Grupo 3- Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Tocantins 3.2.3.1 Servidores(as) efetivos(as) do TRE/TO	2 vagas
3.2.4 Grupo 4 – Universidade Federal do Tocantins (UFT) 3.2.4.1 Servidores(as) efetivos(as) da Universidade Federal do Tocantins	1 vaga
3.2.5 Grupo 5 - Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE/TO) 3.2.5.1 Membros(as) da Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE/TO)	1 vaga
3.2.6 Grupo 6 - Profissionais integrantes do sistema de justiça ou atuantes no âmbito da Prestação Jurisdicional e/ou Direitos Humanos de qualquer unidade federativa brasileira ou estrangeiros, com formação inicial em nível de mestrado em qualquer área do conhecimento (Público Geral).	1 vaga

3.3 Os(As) candidatos(as) cedidos(as) ao Tribunal de Justiça, sem função comissionada, que se inscreverem para as vagas descritas nos itens 3.2.1 serão automaticamente transferidos para as vagas destinadas ao item 3.2.6;

(...)

3.9 Caso o quantitativo de vagas previstas nos grupos 1, 2, 3, 4 e 5 não sejam preenchidos, elas ficarão destinadas a esses públicos, para processo seletivo imediatamente seguinte a este;

4. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INSCRIÇÃO

Onde se lê:

f) **Declaração para o Público 3.2.1 (Grupo 1), 3.2.2 (Grupo 2), 3.2.3 (Grupo 3) e 3.2.4 (Grupo 4)** – Declaração emitida **exclusivamente pelo Setor de Gestão de Pessoas**, na qual conste que:

Leia-se:

f) **Declaração: 3.2.1 (Grupo 1), 3.2.2 (Grupo 2), 3.2.3 (Grupo 3), 3.2.4 (Grupo 4) e 3.2.5 (Grupo 5)** – Declaração emitida **exclusivamente pelo Setor de Gestão de Pessoas** da Instituição, na qual conste que:

As demais disposições previstas no Edital de abertura do Processo Seletivo Nº 055/2025 – PPGPJDH de 18 de dezembro de 2025 permanecem inalteradas.

Palmas-TO, 8 de janeiro de 2026.

Professor Doutor **Tarsis Barreto Oliveira**
Presidente da Comissão

Documento original assinado por meio do SEI UFT nº
23101.009879/2025-89